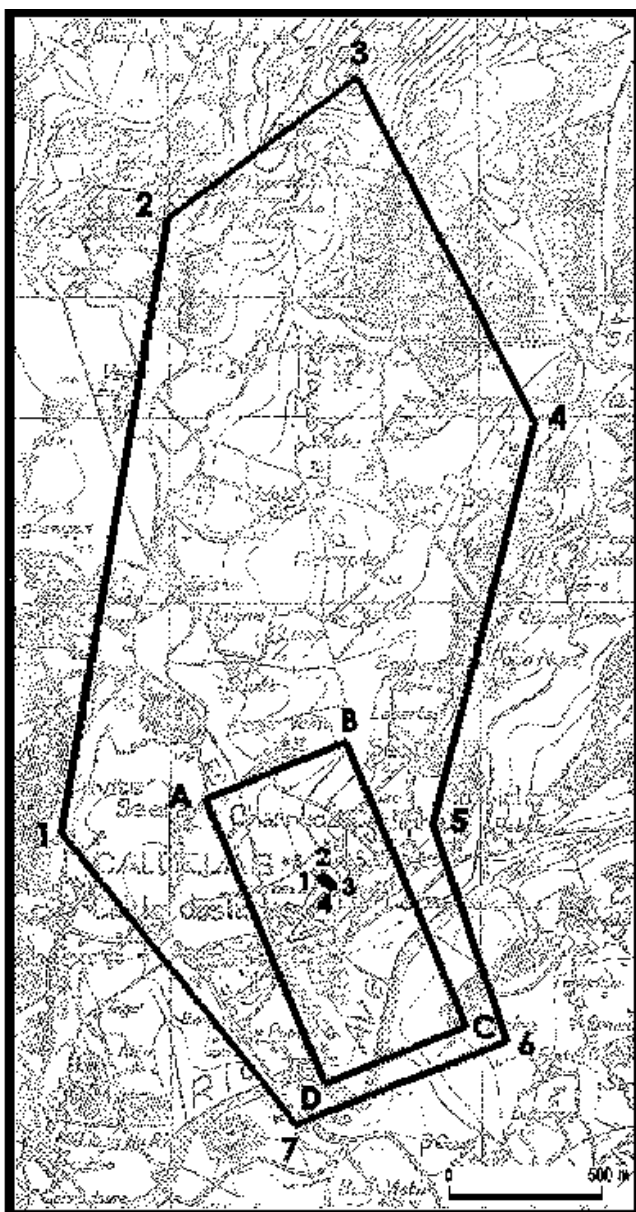


Zonas do perímetro de protecção para a concessão de água mineral natural denominada «Caldas das Taipas»

Extracto da carta n.º 70 do Instituto Geográfico do Exército, à escala de 1/25 000



3000220347

Éditos

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936 e outros, estará patente na Direcção-Geral de Geologia e Energia, sita em Lisboa, na Avenida de 5 de Outubro, 87, e nas secretarias das Câmaras Municipais dos concelhos de Lamego, Resende, Mesão Frio, Baião, Marco de Canaveses, Penafiel, Paredes e Valongo, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de 15 dias a contar da data da publicação destes éditos no *Diário da República*, o projecto, apresentado pela REN — Rede Eléctrica Nacional, S. A., a que se refere o processo E/1.0/67861, para o estabelecimento das:

Linhas aéreas a 220 kV Valdigem-Vermoid 4/5, da subestação de Valdigem à subestação de Vermoid, constituída por dois troços da linha Valdigem-Vermoid 1, o primeiro da subestação de Valdigem ao apoio n.º 15 (antigo 18), na extensão de 6429 m, e o segundo do apoio n.º 137 (antigo 157) à subestação de Vermoid, na extensão de 8799 m, e por um troço novo entre os apoios referidos na extensão de 58 671 m, ficando a linha com a extensão total de 73 899 m.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral ou nas secretarias daquelas Câmaras Municipais dentro do citado prazo.

10 de Novembro de 2006. — O Director de Serviços, *Martins de Carvalho*. 3000220302

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Alentejo

Sub-Região de Saúde de Évora

Despacho (extracto)

Por despacho de 3 de Outubro de 2006 do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Alentejo:

Sofia Cristina Almeida Batista — autorizada a celebração de contrato de trabalho a termo certo, ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º-A do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, para exercer funções equiparadas às de enfermeira, da carreira de enfermagem, no Centro de Saúde de Vendas Novas, pelo período de três meses, com efeitos a partir de 4 de Outubro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Outubro de 2006. — O Coordenador da Sub-Região de Saúde de Évora, *Martinho Manuel de Jesus Vieira*. 3000218579

Direcção-Geral da Saúde

Centro Hospitalar de Torres Vedras

Aviso

Por despacho do conselho de administração do Centro Hospitalar de Torres Vedras de 9 de Novembro de 2006:

Ana Alexandra Teixeira Santos, enfermeira, nível 1 — autorizado o pedido de rescisão do contrato de trabalho a termo certo celebrado ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º-A do Decreto-Lei n.º 53/98, de 11 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 68/2000, de 26 de Abril, com efeitos a partir de 7 de Novembro de 2006.

9 de Novembro de 2006. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Moreira Furtado Mateus*. 3000220256

Centro Regional de Alcoologia do Sul

Contrato

Por deliberação do conselho de administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo de 21 de Setembro de 2006:

Ângela Maria Martins da Fonte — ratificado o contrato de trabalho a termo certo, por três meses, não renováveis, para o exercício de funções correspondentes à categoria de auxiliar de acção médica, ao abrigo do n.º 4 do artigo 18.º-A do Decreto-Lei n.º 53/98, de 11 de Março, e posteriormente pelo Decreto-Lei n.º 68/2000, de 26 de Abril, com efeitos a 22 de Agosto de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Outubro de 2006. — A Administradora, *Margarida Jordão*. 3000219136

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Direcção Regional de Educação do Alentejo

Escola Secundária c/ 3.º Ciclo — ES/3 de Vendas Novas

Louvor

Louvo Virginia Mercedes Carvalho Almeida Pereira, recentemente aposentada, desempenhou ao longo dos trinta e seis anos da sua vida profissional, várias funções.

Nesta Escola exerceu, entre outras, as funções de encarregada de pessoal auxiliar de acção educativa, desde 13 de Julho de 1988, onde se distinguiu pelo seu sentido de responsabilidade, dedicação, dinamismo, coordenação e liderança. Apresentou sempre uma elevada capacidade de trabalho e sentido de responsabilidade.

Pela forma como sempre soube fazer uso das suas capacidades e competências, pessoais e profissionais, louvo a funcionária Virgínia Mercedes Carvalho Almeida Pereira.

12 de Setembro de 2006. — O Director, *Carlos Alberto Guedes Rebelo*. 3000217694

Direcção Regional de Educação do Norte

Centro de Área Educativa de Bragança

Agrupamento Vertical de Escolas de Vinhais

Louvor

Após ter cessado as funções de chefe de serviços de administração escolar em regime de substituição na Escola Secundária /3 D. Afonso III — Vinhais, o assistente de administração escolar especialista Henrique Baltazar Alves é louvado publicamente por ter desempenhado de forma tão competente e dedicada as tarefas que lhe foram confiadas.

Pelo seu desempenho e por aquilo que daí resultou de positivo para a imagem da escola, é de inteira e elementar justiça conferir-lhe este público louvor.

25 de Outubro de 2006. — O Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Rui Pires Fernandes dos Reis*. 3000218555

Agrupamento Vertical de Escolas de Prado

Louvor

No momento em que o chefe dos Serviços de Administração Escolar Francisco José de Sousa cessa funções por motivo de aposentação, consideramos justo e gratificante louvá-lo, em nome da comunidade educativa, cientes da forma responsável, sábia e diligente como se dedicou ao serviço da escola, beneficiando com o seu empenho e elevado grau de responsabilidade toda a comunidade que serviu.

Vindo já de um longo percurso no funcionalismo, ajudou a assentar, desde os primeiros dias, as bases desta instituição, em 1984 e, durante mais de 20 anos, assistiu-nos com constante dedicação e lealdade, não medindo esforços, a qualquer hora, para que os serviços que tutelava respondessem com prontidão e competência às exigências de cada momento. Com a sua disponibilidade e capacidade de organização lucrou toda a comunidade, em geral, levando a sua peculiar sensibilidade a que, tanto ele como os colaboradores mais directos entendessem as respectivas funções como uma constante adaptação a novos processos no decorrer dos tempos, a fim de que houvesse, também da parte dos serviços administrativos, a resposta mais adequada aos objectivos da educação.

Pela forma altamente meritória como desempenhou as suas funções, pelas qualidades humanas e sentido do dever que lhe granjearam o respeito e admiração dos vários sectores da hierarquia, pelo exemplo que semeou entre nós, qualificamos de relevantes os seus serviços e o agraciado Francisco José de Sousa é-nos merecedor deste público louvor que hoje lhe dedicamos.

15 de Outubro de 2006. — O Presidente do Conselho Executivo, *José António Vieira Peixoto*. 1000308068

TRIBUNAIS

TRIBUNAL DA COMARCA DE BAIÃO

Anúncio

Processo n.º 460/06.6TBBAO.
Insolvência de pessoa colectiva (requerida).
Requerente — Caleisilva Serralharia de Alumínio, L.^{da}
Insolvente — Joaquim Borges & Nogueira, L.^{da}

No Tribunal da Comarca de Baião, Secção Única de Baião, no dia 2 de Novembro de 2006, às 12 horas e 20 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Joaquim Borges & Nogueira, L.^{da}, número de identificação fiscal 505523086, com endereço na Rua de Entre Paredes, 63, Campelo, 4640-000 Baião, com sede na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeado Elmano Relva Vaz, com endereço na Rua do Mourões, 145, 1.º, São Félix da Marinha, 4405-380 São Félix da Marinha.

São administradores do devedor: os gerentes da insolvente, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação, por outra forma, garantida.

Ficam notificados todos os interessados de que podem, no prazo de cinco dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados de que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE.

Ficam ainda advertidos de que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, cinco dias, e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

2 de Novembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Natacha Castelo Branco Carneiro*. — O Oficial de Justiça, *Manuel Sousa*. 3000220306

4.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BARCELOS

Anúncio

Processo n.º 1493/06.8TBBCL.
Insolvência de pessoa colectiva (requerida).
Credor — Maria Conceição dos Santos Garrido.
Devedor — Araújo & Fernandes, L.^{da}

No Tribunal da Comarca de Barcelos, 4.º Juízo de Competência Especializada Cível de Barcelos, no dia 13 de Novembro de 2006, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Araújo & Fernandes, L.^{da}, número de identificação fiscal 500111537, com endereço no lugar de Santa Cruz, Santa Cruz — Alvelos, 4755-023 Barcelos, com sede na morada indicada.

São administradores da devedora: Manuel Miranda Carvalho e Avelino Ferreira da Mota, a quem é fixado domicílio no lugar da Igreja, Tamel (Santa Leocádia), 4750 Barcelos.

Para administrador da insolvência é nomeado Armando Rocha Gonçalves, com endereço na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, 386, 4200-186 Porto.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.